



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO 2026

Licitações e Contratos

Resolução CNJ 347/2020

Ato Normativo 14/2023



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria-Geral de Contratos e Licitações

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	3
2 - DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÕES	4
3 - PÚBLICO-ALVO	4
4 - DIAGNÓSTICO DO CONTEXTO ATUAL	5
5 - PROPOSTA DE TEMÁTICAS A SEREM ABORDADAS NO PAC	5
6 - PROPOSTA DE CURSOS TEÓRICOS GRATUITOS (CURSOS EXTERNOS)	8
7 – CONCLUSÃO E PROPOSTA FINAL PARA O PAC - 2026	9

1- Introdução

Aos órgãos do Poder Judiciário foi determinado que implementem e mantenham instâncias, mecanismos e instrumentos de governança das contratações públicas em suas estruturas administrativas, em consonância com o disposto na Resolução CNJ 347/2020 e em alinhamento com a Estratégia Nacional do Poder Judiciário vigente, observando-se as seguintes diretrizes:

I – promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em observância à legislação e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030;

II – transparência dos procedimentos e dos resultados;

III – fomento à integridade e conformidade legal dos atos praticados;

IV – aprimoramento da interação com o mercado fornecedor, para a busca de melhores soluções para as necessidades institucionais, sociais e do meio ambiente, assegurando tratamento isonômico, bem como a justa competição;

V – fomento à cultura de planejamento das contratações, com o respectivo alinhamento ao planejamento estratégico do órgão e às leis orçamentárias;

VI – estímulo à inovação e à gestão do conhecimento;

VII – promoção da meritocracia e da profissionalização, por meio da gestão por competência, para as unidades organizacionais responsáveis pela governança e pela gestão das contratações;

VIII – instituição de medidas que garantam a maior eficiência dos processos, visando a assegurar a celeridade da tramitação, a gestão de riscos e o menor custo processual;

IX – promoção das contratações compartilhadas e sustentáveis;

X – fomento à acessibilidade e à inclusão.

Dentre as funções estabelecidas para a governança das contratações, constam:

I – assegurar que as diretrizes estabelecidas pela Resolução 347/2020 estejam sendo preservadas nas contratações públicas;

II – garantir que as contratações públicas estejam alinhadas ao Plano Estratégico Institucional;

III – promover a integridade do ambiente e a sustentabilidade das contratações públicas, incluindo aspectos de acessibilidade e inclusão;

IV – promover o direcionamento, a avaliação e o monitoramento da gestão de contratações.

Nesse contexto, o **Plano Anual de Capacitação em Licitações e Contratos** é considerado um dos principais instrumentos de governança em contratações públicas do Poder Judiciário.

*“Art. 13. (...), os órgãos do Poder Judiciário deverão estabelecer formalmente o Plano Anual de Capacitação, contendo ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações, incluindo **dirigentes, pregoeiros, membros das comissões de licitação, servidores que atuam na pesquisa de preços, gestores e fiscais de contratos, bem como agentes que atuam nas demais fases do processo de contratações.**” (Resolução 347/2020)*

2 - Do Plano Anual de Capacitações

Observado o modelo de competência e as disposições constantes da Resolução 347/2020 e do Ato Normativo 14/2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deverá incrementar as ações de capacitação para as funções-chave da gestão de contratações no seu Plano Anual de Capacitação, instituído na forma de ato específico.

No entanto, considerando que a Escola de Administração Judiciária (ESAJ) deste Poder Judiciário possui normativas próprias, emitidas pelo Conselho da Magistratura, após análise por seu próprio Conselho Consultivo, e ainda, que tais normativas destinam-se a regulamentar a capacitação das equipes de todas as unidades organizacionais do PJERJ, independente do tema, sugerimos que para atendimento da Resolução 347/2020 e do Ato Normativo 14/2023, seja construída uma proposta de capacitação anualmente voltada aos principais atores dos processos de contratações públicas no PJERJ.

Assim, a construção deste instrumento de governança, exigido pelas normativas citadas, ocorreria em alinhamento com o arcabouço normativo já existente e vinculado à Escola de Administração Judiciária.

Neste sentido, apresentamos abaixo diretrizes para as atividades de capacitação voltadas a implantação adequada dos novos procedimentos para aplicação da Lei 14.133/21, para análise da sua viabilidade e pertinência pela Escola de Administração Judiciária

3 - Público-Alvo

O público-alvo das ações a serem previstas no Plano Anual de Capacitação, citado na Resolução 347/2020 e no Ato Normativo 14/2023, é aquele composto pelos profissionais que ocupam as funções-chave ligadas à governança e à gestão de contratações, incluindo os principais agentes do processo de contratações, de acordo com os processos de trabalho estabelecidos e a estrutura de cada unidade organizacional.

Dessa forma, observando a estrutura organizacional do PJERJ e a segregação de funções estabelecida para cada processo de contratação, podemos concluir que devem estar contemplados no PAC - Capacitação:

1. Agentes de Contratação;
2. Equipes de planejamento, gestores e fiscais de contratos de serviços comuns;
3. Equipes de planejamento, gestores e fiscais de contratos de serviços de TI;
4. Equipes de planejamento, gestores e fiscais de contratos de serviços de engenharia e obras;
5. Equipes de trabalho do DECAN, que apoiam os processos de contratação direta e elaboração de TR;
6. Equipes de trabalho do DELFA, que elaboram editais, contratos e atuam em procedimentos apuratórios;
7. Equipes de trabalho do DECOP, que acompanham e apoiam o controle da execução contratual;
8. Equipes da ASJUR, que atuam no controle da legalidade dos atos;
9. Equipes da ASCOL e GBCOL, que atuam no apoio à governança das contratações.

4 - Diagnóstico do contexto atual

Considerando o atual cenário, marcado pela implementação integral da Lei nº 14.133/2021, bem como pelo consequente volume significativo de novas regulamentações que visam além propiciar a aplicação da referida legislação, objetivam, também, operacionalizar diversos pontos lacunosos e aumentar o grau de governança das contratações, estabelecendo vários novos instrumentos para este fim.

Somado a este fato, a partir da experiência desta SGCOL no acompanhamento dos processos de contratação no PJERJ e no apoio diário às unidades requisitantes e equipes de planejamento, percebe-se uma alta rotatividade na designação de gestores e fiscais de contratos, em especial, nos períodos de mudança da Administração Superior.

Ante a todo o exposto, nota-se uma imperiosa necessidade de capacitação contínua dos servidores, já que a recente introdução da normativa federal requer a elaboração de novas diretrizes específicas para o âmbito interno do TJRJ, de forma a acompanhar as alterações legais vigentes e a garantir sua efetiva aplicação.

Este momento pós-implementação normativa demanda, portanto, um enfoque estratégico na formação dos agentes de trabalho, visando não apenas atualizações, mas também inovação nos procedimentos operacionais, com especial atenção ao planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, essenciais à busca por uma maior eficiência administrativa e judiciária. Tais capacitações se configuram como pilares indispensáveis para assegurar aos servidores preparo pleno em face aos desafios impostos pela reforma e novas exigências legais.

Neste sentido, a proposta de Plano de Capacitação em Licitações e Contratos Administrativos apresentada por esta Secretaria, contempla as seguintes ações:

1. Cursos gratuitos, autoinstrucionais, ofertados por instituições públicas renomadas, como ENAP, TCE-RJ, TCE-PR e TCE-CE com emissão obrigatória de certificado, objetivando criar um base teórica mínima, para nivelar o conhecimento sobre contratações públicas e facilitar a etapa seguinte de capacitação prática;
2. Workshops, de 6h a 10h de duração, para orientações práticas e técnicas, ofertados pela ESAJ, com instrutores internos, servidores do PJERJ, que possuam experiência e conhecimento sobre cada uma das normativas internas publicadas e sobre os novos artefatos elaborados para utilização da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, objetivando preparar os profissionais em funções-chave para uma atuação eficaz e eficiente nos processos de contratação do PJERJ;
3. Cursos de média duração (15h a 30h), com professores especialistas no tema, que agreguem novos conhecimentos à equipe da SGCOL e às equipes em atuação de cada área requisitante.

5 - Proposta de temáticas a serem abordadas no PAC

Os cursos a serem produzidos ou contratados devem objetivar o desenvolvimento dos profissionais em funções-chave da gestão de contratações no uso prático das ferramentas, normativas e artefatos produzidos para a aplicação da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), assim como, nos procedimentos processuais relativos a cada fase da contratação no PJERJ, a saber:

- ✓ **Planejamento da Contratação**

✓ **Seleção do Fornecedor**

✓ **Execução contratual**

Para cada uma das fases citadas há **instrumentos, procedimentos, controles e riscos específicos**, por isso, a construção de um plano de capacitação coerente e efetivo para os profissionais envolvidos em contratações deve considerar esse fato.

Assim, **solicitamos à ESAJ que avalie a viabilidade de incorporar às atividades de capacitação das grades regulares, cursos sobre os seguintes temas, com as características abaixo descritas:**

TEMAS / ATIVIDADES	FASES DA CONTRATAÇÃO A ABORDAR	OBJETIVO	METODOLOGIA	CH sugerida	RECURSOS
Curso completo de Pregão (Formação de Agentes da Contratação), conforme Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei nº 14.133/2021 e o Ato Normativo TJ 23/2023	Planejamento da Contratação	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na fase da seleção do fornecedor por pregão	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	20h a 30h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet
Contratações de Bens e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de acordo com a Resolução nº 468/2022 do CNJ e os ditames da Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021	Planejamento da Contratação	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na fase do planejamento das contratações de bens e serviços de TIC	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	20h a 30h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet
Dispensa e Inexigibilidade de Licitação de acordo com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).	Planejamento da Contratação	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na fase do planejamento das contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	15h a 20h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet
Pesquisa de Preços <i>Serviços e compras comuns, serviços e compras de TI; serviços de Engenharia e Obras.</i>	Planejamento da Contratação	Desenvolver habilidades práticas na fase de levantamento e pesquisa de preços com base na IN 65/2021.	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	15h a 30h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet

TEMAS / ATIVIDADES	FASES DA CONTRATAÇÃO A ABORDAR	OBJETIVO	METODOLOGIA	CH sugerida	RECURSOS
<p>Elaboração de Termos de Referência</p> <p><i>Serviços e compras comuns, serviços e compras de TI; serviços de Engenharia e Obras</i></p>	Planejamento da Contratação	Desenvolver habilidades práticas na fase final do planejamento da contratação, observando a modelo padrão de TR do PJERJ	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projetor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
Estudo Técnico Preliminar	Planejamento da Contratação	Promover reflexão e debate sobre os principais desafios do planejamento de uma contratação, desenvolvendo habilidades práticas no uso do instrumento ETP.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	6h a 10h	<p>Projetor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
Capacitação dos Agentes de Contratação	Seleção do Fornecedor	Desenvolver habilidades práticas na fase de seleção de fornecedores	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	6h a 10h	<p>Projetor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
Orientações práticas sobre a operacionalização no Sistema Compras.Gov	Seleção do Fornecedor	Desenvolver habilidades práticas na plataforma Compras.Gov	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	6h	<p>Projetor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>
Orientações práticas aos gestores e fiscais de contratos do PJERJ com base no Ato Normativo TJ nº 17/2023 e na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021	Execução Contratual	Desenvolver habilidades práticas na fase da fiscalização da execução contratual, observando as Rotinas Administrativas e o Manual da Gestão de Contratos do PJERJ.	<p>Estudo de Casos Concretos</p> <p>Atividade prática</p> <p>Trabalho em grupo</p>	15h a 30h	<p>Projetor</p> <p>Quadro branco</p> <p>Papel e canetas</p> <p>Internet</p>

TEMAS / ATIVIDADES	FASES DA CONTRATAÇÃO A ABORDAR	OBJETIVO	METODOLOGIA	CH sugerida	RECURSOS
Aplicação de Sanções Administrativas de acordo com a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21)	Execução Contratual	Desenvolver conhecimento teórico e habilidades práticas na eventual aplicação de sanções em contratos administrativos.	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	15h a 20h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet
Aspectos polêmicos e desafiadores na aplicação da Lei de Licitações	Planejamento da Contratação Seleção do Fornecedor Execução Contratual	Promover reflexão e debate sobre os principais desafios na aplicação da Lei de Licitações e Contratos	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	15h a 30h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet
Governança das Contratações e Controle Interno	Planejamento da Contratação Seleção do Fornecedor Execução Contratual	Desenvolver habilidades práticas para aumentar o grau de governança nas três fases dos processos de contratação, incluindo PAC, PGC, Painéis, Indicadores e Mapa de Riscos das Contratações	Estudo de Casos Concretos Atividade prática Trabalho em grupo	6h	Projetor Quadro branco Papel e canetas Internet

6 - Proposta de cursos teóricos gratuitos (cursos externos)

Paralelamente aos cursos ao vivo, a serem disponibilizados pela ESAJ, a SGCOL elaborou a planilha “PAC – Capacitação”, em anexo, que será disponibilizada na intranet do PJERJ e apresentará, a cada ano, prioritariamente, uma lista de cursos externos gratuitos, **de escolas de governo renomadas**.

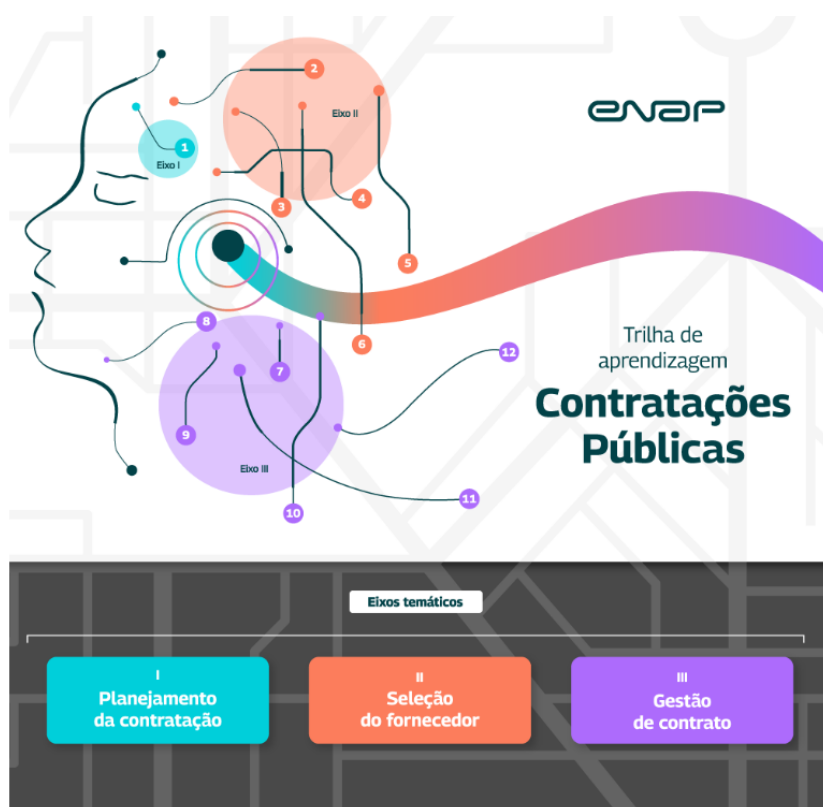
A ENAP, em especial, disponibilizou a **trilha de aprendizagem “Contratações públicas: competências para realizar licitações e contratos administrativos”**. O objetivo é oferecer possibilidades de percursos educativos baseados em competências para melhor capacitar e profissionalizar servidoras e servidores públicos sobre a Lei de Licitações e Contratos.

A trilha é um conjunto não somente de cursos, mas também de artigos, vídeos, podcasts, eventos, oficinas e outros formatos, organizados para facilitar a compreensão sobre o tema.

Até o momento, são mais de 100 soluções de aprendizagem, disponibilizadas para quem quiser acessar esses conteúdos, de forma gratuita.

Os cursos à distância, disponibilizados na EV.G, são abertos a qualquer cidadão, assim como os textos, vídeos e podcasts que também compõem a trilha.

- Conteúdo da trilha: <http://enap.gov.br/trilha-de-contratacoes-publicas>



7 – Conclusão e proposta final para o PAC – 2026

Considerando o exposto até aqui e as propostas de temáticas apresentadas, nota-se que o Plano Anual de Capacitação (PAC), ao se constituir como um instrumento robusto e estruturado de formação, mostra-se como um alicerce fundamental para o aprimoramento contínuo dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Neste sentido, ao potencializar as competências dos colaboradores, o PAC não apenas colabora para a adequação às novas normativas, mas também impulsiona a eficiência no desempenho das atividades judiciais, refletindo positivamente nos processos administrativos e na celeridade dos serviços prestados.

A proposta de realização de Workshops elaborados pelos próprios servidores, especialistas nas áreas em que atuam, proporcionará troca de conhecimento e práticas inovadoras, promovendo um ambiente de constante evolução e aperfeiçoamento.

Por fim, concluímos que o PAC se configura como um instrumento imprescindível para a excelência do trabalho no âmbito judiciário fluminense e a efetiva implementação das transformações legais em curso.